

CONFLITOS E INTERESSES COMUNS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 10.10.1984

Na medida em que o regime capitalista consolidou-se definitivamente no Brasil, estabeleceu-se um sistema de interesses comuns extremamente forte entre este país e os Estados Unidos, ou, mais particularmente, entre suas classes dominantes. Os conflitos naturalmente continuam a existir. No presente momento estes conflitos referem-se (1) à taxa de juros internacional; (2) às políticas de ajustamento exigidas assimetricamente pelo governo norte-americano, pelo FMI e pelos bancos internacionais; (3) às medidas moderadas mas efetivamente protecionistas do governo dos Estados Unidos e do Brasil; e (4) à política de reserva de mercado do Brasil na área da informática e do sistema financeiro.

Esses conflitos, entretanto, são poderosamente abafados pelo poder dos interesses comuns, particularmente pela preocupação das classes dominantes brasileiras de ter os Estados Unidos como modelo econômico e social e, portanto, como guardião máximo da democracia parlamentar e do capitalismo.

No caso da dívida externa brasileira, por exemplo, o establishment norte-americano, através de seus governantes e de economistas como William Cline, decidiu que se trata de um problema menor, de um mero problema de falta de ajustamento conjuntural do Brasil, não se configurando, portanto, um problema estrutural relacionado com a crise do sistema financeiro internacional, que exigiria, além das medidas conjunturais medidas estruturais de ajustamento não apenas nos países devedores mas também nos credores. Diante dessa firme embora inaceitável posição norte-americana, o empresariado brasileiro e boa parte dos economistas que os representam claramente cederam, ainda que continuem a reclamar da recessão interna. Os sinais de recuperação da economia via aumento de exportações e as previsões otimistas dos balanços de pagamento do Brasil

para os próximos anos sempre com taxas de crescimento das exportações superiores às taxas de crescimento das importações, foram suficientes para que o problema da dívida externa fosse considerado “resolvido”, ou “de importância menor em face ao problema interno da inflação”.

Trata-se do clássico fenômeno da subordinação cultural (colonial) apoiado em um sistema de interesses comuns. Torna-se difícil para o dominado levar adiante conflitos parciais, localizados, como é o caso do problema da dívida externa. Há sempre o medo de que o próprio sistema de interesses comuns no caso o sistema capitalista esteja em jogo. Quando obviamente não está.

Na verdade o sistema capitalista, ainda que sofrendo transformações profundas em função da crise econômico-financeira dos últimos dez ou quinze anos, e do seu extraordinário desenvolvimento tecnológico, nunca esteve tão forte. Deverá ainda passar por mais dez anos de crise, dentro da lógica dos ciclos ou ondas econômicas longas, deverá sofrer transformações ainda mais profundas cujo sentido é difícil prever, mas no final nada indica que o capitalismo estará terminado.

Não é certo, entretanto, que ao iniciar-se o novo ciclo longo de expansão os Estados Unidos continuem tranqüilamente a potência hegemônica. Os desequilíbrios que assaltam esta sociedade são muito profundos. Sua estratégia recente de sobrevivência, baseada na idéia de transformar-se em uma potência rentista, que vive dos altos juros que recebe dos países devedores, tem poucas possibilidades de êxito a longo prazo. No curto prazo, as altas taxas de juros, propiciadas por um grande déficit público e por uma política monetária restritiva, garantem a força do dólar, mas a médio prazo minam a economia norte-americana, na medida em que os altos juros e o conseqüente dólar excessivamente valorizado têm como necessária contrapartida déficits comerciais crescentes para com os demais países.

Diante desta situação, países como o Brasil, que possuem energia barata, mão-de-obra barata, e uma indústria integrada e capaz de absorver rapidamente a tecnologia mais moderna, têm condições de continuar aumentando suas exportações para os Estados Unidos. Mas é evidente que esta estratégia dos países em desenvolvimento também terá

fôlego curto. Porque o aumento das exportações para os Estados Unidos só será viável enquanto sua economia estiver em expansão. Ora, os limites de uma expansão baseada em desequilíbrios tão evidentes como a sobrevalorização do dólar, o déficit público e o déficit comercial estão claros para todos.

Neste quadro, qual deveria ser a posição do Brasil? Aceitar passivamente a dominação e a provável crise norte-americana? Procurar aproveitar esta crise para promover seu próprio desenvolvimento? Neste caso, adotar novamente uma atitude passiva ou omissa e pretender crescer nas frestas da crise? Ou então, adotar uma atitude crítica ainda que amigável em relação aos Estados Unidos, não aceitando seu controle de fato de nossa política econômico-financeira? Ou, como terceira alternativa, romper com o sistema financeiro internacional e entrar em conflito econômico aberto com os Estados Unidos?

A última alternativa é claramente inviável, na medida em que não corresponde ao sistema de forças políticas e econômicas existentes no Brasil, nem atende aos interesses do país. A primeira alternativa, entretanto, também é obviamente insatisfatória. Porque é essencialmente submissa, não atendendo nem aos interesses do Brasil nem aos interesses dos Estados Unidos.

Na verdade é tolice imaginarmos que os interesses nacionais do Brasil e dos Estados Unidos sejam os mesmos. Não são. Sequer os interesses das classes dominantes brasileiras e norte-americanas ainda que mais próximos são iguais. Mas os conflitos de interesses não significam uma oposição intrínseca. Muito pelo contrário, os interesses comuns são provavelmente muito mais fortes do que as contradições.

É necessário, entretanto, distinguir os interesses de curto, de médio e de longo prazo. No curto prazo, os conflitos relativos a dívida externa, à taxa de juros internacional e às políticas unilaterais de ajustamento impostas aos países devedores são mais fortes do que os interesses comuns. A médio prazo, a retomada do desenvolvimento do Brasil e a continuação do desenvolvimento ainda que em termos mais moderados dos Estados Unidos, interessam a ambos os países. A longo prazo, os interesses só serão comuns se tanto nos Estados Unidos como principalmente no Brasil for possível realizar as reformas

sociais que diminuam significativamente as distancias entre as classes dominantes e o povo.

Entretanto, se o médio e o longo prazo são o resultado da soma de ações de curto prazo, é preciso que o Brasil e suas classes dirigentes adotem uma posição de maior independência em relação aos Estados Unidos. Uma relação amigável, mas crítica, própria de um país que já atingiu um estagio relativamente elevado, ainda que desequilibrado, de desenvolvimento capitalista.

Esta tem sido a posição do Itamaraty desde o governo Geisel. Não tem, entretanto, sido a posição dos empresários e das autoridades econômicas brasileiras. Ainda que revelem às vezes alguma independência, principalmente ao nível do discurso, não são capazes de compreender que uma posição brasileira mais firme em relação à dívida externa ou em relação à reserva de mercado na área da informática pode se constituir em um conflito a curto prazo ou localizado com os Estados Unidos, mas não põe em risco a solidariedade de longo prazo que une os dois países.(10/10/84)